

# Fundo Municipal de Saúde Município de Carmo do Paranaíba - MG

Av. Costa Júnior - 306 ☎ (34) 3851-2068 (34) 3851-2670

E-mail: [compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br](mailto:compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br)

---

## ANEXO VII

### TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO PRESENCIAL N° 011/14 Processo Licitatório n° 023/2014

#### I – DO OBJETO:

1. Aquisição de MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR para uso dos pacientes que precisam ficar em observação no Pronto Atendimento Municipal, para distribuição na Farmácia Municipal aos pacientes em tratamento crônicos acompanhados e indicados pela Comissão Farmacoterapêutica e de Ordem Judicial do Município com recursos do PAB e para atender as necessidades do Pronto Atendimento Municipal com recursos do FMS, tudo com previsão até 31 de dezembro de 2014.

#### II – DA UNIDADE REQUISITANTE:

2. Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde.

#### III – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

1. A presente contratação faz-se necessária para atender a demanda dos pacientes que necessitam de material médico hospitalar e para necessidades do Pronto Atendimento Municipal, no âmbito do Município.
2. A escolha do pregão tipo menor preço está amparada nas Leis n° 8.666/93 e 10.520/02.

#### IV – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO:

1. A modalidade de licitação será por pregão presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.
2. Conforme exigência contida no art. 40, § 2º, II, da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Setor de Compras e Licitações do Município de Carmo do Paranaíba realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a 3 (três) empresas do ramo, conforme Mapa de Apuração anexo ao processo, alcançando este contrato o valor total estimado de R\$ 101.916,22 (cento e um mil novecentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos).
3. A planilha discriminativa da média dos preços unitários e global constitui parte integrante deste Anexo.

#### V – DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS A SEREM ADQUIRIDOS:

1. Nos termos do disposto no art. 1º do Decreto n° 10.520 de 17/07/2002, os bens a serem adquiridos são considerados bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais no mercado.
2. O fornecimento não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### VI – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

1. Os materiais devem ser fornecidos de acordo com a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Saúde.

#### VII – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais médico-hospitalares, após a emissão da requisição pelo órgão competente do Município de Carmo do Paranaíba, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas a entrega e o atestado de recebimento dos materiais.

# Fundo Municipal de Saúde

## Município de Carmo do Paranaíba - MG

Av. Costa Júnior - 306 ☎ (34) 3851-2068 (34) 3851-2670

E-mail: [compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br](mailto:compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br)

---

2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número da mesma, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

### VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento dos materiais médico hospitalar, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;

6. Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

### IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1. Fornecer os materiais conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;

2. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual;

3. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do contrato;

4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

### X – DA SUBCONTRATAÇÃO:

1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### XI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

1.3. fraudar na execução do contrato;

1.4. comportar-se de modo inidôneo;

1.5. cometer fraude fiscal;

1.6. não mantiver a proposta.

2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

2.1. Advertência;

2.2. Multa, nos seguintes percentuais:

2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução do contrato;

2.2.2. 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução total das obrigações contratuais.

2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

**Fundo Municipal de Saúde**  
**Município de Carmo do Paranaíba - MG**

Av. Costa Júnior - 306 ☎ (34) 3851-2068 (34) 3851-2670

E-mail: [compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br](mailto:compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br)

---

2.4. Impedimento de licitar e contratar;

2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso V do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**XII – DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

1. A Secretaria Municipal de Saúde reserva para si o direito de não aceitar qualquer produto em desacordo com o previsto no Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais e/ou técnicas pertinentes ao objeto.

2. Os quantitativos previstos poderão variar, para mais ou para menos, sem que isso implique em alteração dos preços ofertados, em obediência ao disposto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

3. Este Termo de Referência é regido pelas normas de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma dos arts. 54 e 55, XII, da Lei nº 8.666/93.

*Marília Márcia Alves*  
**Pregoeira Oficial**  
**Município de Carmo do Paranaíba**